

Aviso n.º 2930/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Vicência Mateus dos Santos Fernandes, natural de Trindade, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascida em 21 de Maio de 1961, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

24 de Janeiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 2931/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 27 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Indira Maximiano Tavares, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 17 de Maio de 1975, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

24 de Janeiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 2932/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 27 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mbakilu Kula Fabien, natural de Uige, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 6 de Setembro de 1972, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

24 de Janeiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Instituto Camões****Despacho n.º 2452/2007**

Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 7.º, 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e tendo presente os fundamentos e as conclusões da acta final do processo concursal de selecção, iniciado com a publicação de aviso no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 22 de Fevereiro, no jornal *Público*, de dia 27 de Fevereiro, e na bolsa de emprego público, de dia 1 de Março, nomeio a licenciada Eunice Paiva de Oliveira Santos como técnica superior principal do quadro de pessoal do Instituto Camões, para exercer, em comissão de serviço pelo período de três anos, as funções de chefe de divisão de Acção Cultural deste Instituto, por considerar que, face à sua formação académica e profissional, bem como à já vasta experiência profissional no âmbito da programação, produção e coordenação de actividades e projectos culturais, aliada aos sólidos conhecimentos sobre conceptualização e operacionalização da acção cultural externa, reúne os requisitos de aptidão, capacidade e competência técnicas, para o exercício do cargo, conforme *curriculum vitae* em anexo.

20 de Dezembro de 2006. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso*.

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Eunice Paiva de Oliveira Santos.
Naturalidade — Almada.

Habilitações académicas — licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas Variante de Estudos Ingleses e Alemães, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1988).

Formação profissional:

Participou em várias acções de formação na área da gestão e *marketing* cultural, modelos organizacionais e modernização administra-

tiva, designadamente: «Seminário de alta direcção em Administração Pública (INA)»; «Cultura, factor de criação de riqueza»; «Elaboração de projectos culturais e fontes de financiamento»; «As fontes de informação da União Europeia — Fundos comunitários e programas na área da cultura e da cooperação»; «Como organizar uma exposição — Gestão de projectos artísticos; *marketing* para as artes e cultura»; «Organizações, cultura & artes»; «Os centros culturais e o Instituto Camões — Novos rumos da política cultural externa».

Experiência profissional:

Em 1991, iniciou actividade no Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo exercido funções de assessoria técnica na Direcção de Serviços das Relações Culturais Bilaterais;

Em 1995, transitou para o Instituto Camões (IC), onde exerceu funções de assessoria técnica na área das relações culturais externas;

Em 1998, inicia funções na carreira técnica superior no quadro do IC, afecta à Divisão de Acção Cultural (DAC), tendo vindo a assegurar, em particular, o estudo, avaliação e acompanhamento regular dos planos de actividades anuais propostos pelos conselheiros culturais, pelas missões diplomáticas e postos consulares portugueses no estrangeiro; a planificação e gestão do orçamento a afectar aos projectos acompanhados pela DAC; a elaboração de pareceres técnicos sobre projectos e acções culturais propostos por entidades diversas, no domínio das artes plásticas, música, fotografia, literatura, artes performativas e cinema, a organização, coordenação e acompanhamento da participação do IC em acções culturais no estrangeiro, em articulação com outros organismos, designadamente as Bienais de São Paulo e Rio de Janeiro e as Feiras do Livro (v.g. Turim 2006, Genebra 2001, Paris 2000, Casablanca 1999); encontros de escritores; concertos e festivais de cultura; produção de catálogos e coordenação executiva de exposições com destaque para «De dentro — V Glup, Estampa — Salón internacional del grabado y ediciones de arte contemporâneo»; «Portugal encontra a China — Testemunhos de uma convivência»; «Cinco pintores da modernidade em Portugal»; «Pratas portuguesas e novos viajantes».

Outras qualificações e trabalhos realizados:

Acompanhou os processos de construção e ou remodelação e apetrechamento dos IC — centros culturais portugueses em Paris, Brasília, Maputo e Luanda;

Assegurou a preparação e acompanhamento da programação cultural definida para a Presidência Portuguesa da União Europeia 2000 no estrangeiro;

Concepção, desenvolvimento e gestão de projectos com recurso ao Programa MS PROJECT.

Despacho (extracto) n.º 2453/2007

Por meu despacho de 6 de Novembro de 2006, na sequência do decurso do período probatório de um ano a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e verificadas as condições exigidas na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, Nelson Lopes Vaz Semedo foi nomeado definitivamente para o lugar de motorista de ligeiros do quadro de pessoal do Instituto Camões, com produção de efeitos a 23 de Setembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 2007. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**MARINHA****Instituto Hidrográfico****Despacho (extracto) n.º 2454/2007**

Por despachos do vice-almirante director-geral do Instituto Hidrográfico de 12 de Janeiro de 2007, Pedro Jorge Gavinhos Marques, Maria José Major Cebo Mesquita, José Carlos Ferreira Henriques, Carla Susana Ferreira Rodrigues, Irene das Neves Lopes Grácio e Isabel Maria Rodrigues Gaspar, assistentes administrativos principais, foram promovidos, precedendo concurso, a assistentes administrativos especialistas da carreira de assistente administrativo do quadro do pessoal civil do Instituto Hidrográfico, considerando-se exonerados

dos actuais lugares a partir da data da aceitação dos novos lugares. (Isento da fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 2007. — O Director dos Serviços de Apoio, *João Manuel Figueiredo de Passos Ramos*, capitão-de-mar-e-guerra.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais

Delegação de Transportes do Norte

Aviso n.º 2933/2007

A Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais faz saber que a empresa A GIRÓMUNDO — Viagens e Turismo, L.^{da}, com sede na Avenida de Barjona de Freitas, 4, 4850-521 Vieira do Minho, concelho de Vieira do Minho, requereu a concessão de uma carreira de passageiros em regime regular entre Celeiró, concelho de Vieira do Minho, e Pepim, concelho de Vieira do Minho, ambos do distrito de Braga, passando por Guilhofrei, Riolongo, Tabuada, São Roque, Azevedo, Sanguinhedo, Vieira (escola) e Baçal.

Nos termos do § 1.º do artigo 101.º do Regulamento de Transportes em Automóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37 272, de 31 de Dezembro de 1948, todas as entidades interessadas podem manifestar-se sobre a concessão requerida, no prazo de 60 dias a contar da data da presente publicação, para o que podem consultar o respectivo processo na Delegação de Transportes do Norte, sita na Rua do Campo Alegre, 1459, 1.º, Porto.

5 de Fevereiro de 2007. — A Chefe de Divisão, *Odete Ferreira*.
3000225243

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Hospitais Cívicos de Lisboa

Hospital de D. Estefânia

Deliberação (extracto) n.º 264/2007

Por deliberação do conselho de administração do Hospital de D. Estefânia de 19 de Outubro de 2006, foi a Maria Arminda Amaro Monteiro, enfermeira especialista do quadro do Hospital de D. Estefânia, autorizado o pedido de regime de acumulação de funções de onze horas semanais com a Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende, nos termos do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 218/98, de 17 de Julho, e 413/93, de 23 de Dezembro, com efeitos a 1 de Novembro de 2006.

11 de Janeiro de 2007. — A Vogal Executiva, *Ana Cristina Andrade*.

Deliberação (extracto) n.º 265/2007

Por deliberação do conselho de administração do Hospital de D. Estefânia de 18 de Janeiro de 2007, foi a Guilhermina Maria Bernardes Romão Fonseca, assistente hospitalar graduada de pediatria médica, do quadro do Hospital de D. Estefânia, autorizada a redução de uma hora no seu horário de quarenta e uma horas semanais, ao abrigo do n.º 10 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, com efeitos a 16 de Janeiro de 2007.

26 de Janeiro de 2007. — A Vogal Executiva, *Ana Cristina Andrade*.

Deliberação (extracto) n.º 266/2007

Por deliberação do conselho de administração do Hospital de D. Estefânia de 11 de Janeiro de 2007, foi a Ana Mafalda Rodrigues Dinis, técnica de 1.ª classe de análises clínicas e saúde pública, do quadro de pessoal do Instituto Português do Sangue, autorizado o regime de acumulação de funções de dezanove horas semanais, com o Hospital de D. Estefânia, nos termos do artigo 31.º do Decreto-Lei

n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, e do Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de Dezembro, com efeitos a 1 de Janeiro de 2007.

29 de Janeiro de 2007. — A Vogal Executiva, *Ana Cristina Andrade*.

Hospital Amato Lusitano — Castelo Branco

Aviso n.º 2934/2007

Concurso n.º 4/2006 — Concurso interno geral de acesso à categoria de enfermeiro especialista de saúde materna e obstétrica, nível 2

1 — Torna-se público que, por despacho do conselho de administração do Hospital Amato Lusitano — Castelo Branco de 6 de Outubro de 2006, no uso da competência própria atribuída nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para provimento de 10 lugares de enfermeiro especialista, na área de saúde materna e obstétrica, existentes no quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 741/92, de 24 de Julho.

2 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Validade do concurso — o concurso é válido para as vagas enunciadas, caducando com o seu preenchimento.

4 — Legislação aplicável — n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e Decretos-Leis n.ºs 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, 411/99, de 15 de Outubro, e 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

5 — Local de trabalho e conteúdo funcional — o local de trabalho é no Hospital Amato Lusitano — Castelo Branco, Avenida de Pedro Álvares Cabral, 6000 Castelo Branco, ou fora dele em situações eventualmente decorrentes do seu âmbito de actividade. As funções a desempenhar são as constantes do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.

6 — Remuneração — a remuneração do enfermeiro especialista é a estabelecida.

7 — Requisitos de candidatura — podem candidatar-se a este concurso os enfermeiros que estejam integrados na carreira de enfermagem e que reúnam os seguintes requisitos:

Gerais — os referidos no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, e estar vinculado à função pública;

Especiais — os referidos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

8 — Formalização das candidaturas — os candidatos devem formalizar as suas candidaturas em requerimento, conforme estipulado no Decreto-Lei n.º 112/90, de 4 de Abril, dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital Amato Lusitano — Castelo Branco, o qual deverá ser entregue no Serviço de Pessoal do Hospital, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estipulado para as candidaturas, ou remetido pelo correio, registado com aviso de recepção, o qual se considera dentro do prazo legal se o registo for datado até ao último dia do prazo fixado.

9 — Do requerimento deverão constar, além do pedido de admissão ao concurso, os seguintes elementos:

a) Identificação completa do requerente (nome completo, filiação, data de nascimento, naturalidade, número do bilhete de identidade, data da sua emissão e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone, se o houver);

b) Habilitações literárias e profissionais que o habilitem ao concurso;

c) Categoria profissional e instituição a cujo quadro pertence;

d) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e a data do *Diário da República* onde vem anunciado;

e) Identificação, em alíneas separadas, dos documentos que instruem o requerimento de candidatura.

10 — Documentos que devem acompanhar o requerimento — nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, o requerimento de admissão deve ser instruído, sob pena de exclusão, com os seguintes documentos:

a) Três exemplares do *curriculum vitae*;

b) Documento comprovativo da posse do respectivo curso de especialização, contendo a respectiva classificação final;